

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

PARTE I • TUTELA COLETIVA E DIREITO ELEITORAL

1 • ROMPENDO COLONIALIDADES: A AFIRMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS	23
<i>Marcia Brandão Zollinger</i>	
1. Contrariando a história narrada pelo conquistador: a capacidade indígena de se fazer presente e agir	23
2. Apossamentos de terras e de trabalho no Brasil colônia e império.....	24
3. O regime tutelar do Brasil República	28
4. A afirmação emancipatória das identidades e territorialidades indígenas.....	32
5. Colonialidades contemporâneas e formas de resistência	34
Bibliografia	38
2 • MINISTÉRIO PÚBLICO, PREVENÇÃO E REPARAÇÃO – ANÁLISE A PARTIR DA (ESSENCIAL) SEPARAÇÃO ENTRE DANO E ILÍCITO	41
<i>Sérgio Cruz Arenhart • Gustavo Osna</i>	
1. Introdução.....	41
2. Dano e ilícito – (ainda) sobre a essencial distinção	42
2.1. Dano e Ilícito: segmentação conceitual.....	42
2.2. Ainda sobre o Ilícito – preventividade e culpa.....	46
3. A prevenção e o papel das corregedorias: duas notas	48
3.1. Prevenção e atuação interna: irregularidade e não dano.....	48
3.2. Prevenção e atuação externa: mitigação de danos sociais	51
4. Conclusão	54
Referências.....	55
3 • A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	57
<i>Hayssa Kyrie Medeiros Jardim</i>	
1. Introdução.....	57
2. Casos do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos	59
3. O Ministério Público na Constituição de 1988.....	62
3.1. A gramática de Direitos Humanos da Constituição brasileira.....	64
3.2. O Ministério Público Interamericano	68
4. A Coordenação Nacional da Atuação do MPF.....	70

4.1. A atribuição do MPF na questão de graves violações de direitos humanos	72
5. Ações concretas para monitoramento	73
6. Conclusão	76
Referências bibliográficas.....	78
4 • PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCESSOS QUE TRATAM DA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS POR EMPRESAS BRASILEIRAS EQUIPARADAS A ESTRANGEIRAS	79
<i>Michel François Drizul Havrenne</i>	
1. Introdução.....	79
2. Pessoas jurídicas brasileiras equiparadas a estrangeiras e aquisição de terras.....	82
2.1. Previsão normativa, conceito de pessoa jurídica equiparada a estrangeira e contexto socioeconômico	82
2.2. Restrições para as empresas brasileiras equiparadas a estrangeiras	84
2.3. Nulidade do negócio jurídico, caso não se observem os requisitos para aquisição de imóveis rurais.....	87
2.4. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	87
2.5. Ministério Público Federal (MPF)	88
2.6. Jurisprudência – Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ)	89
3. Atuação do Ministério Público	91
3.1. Relevância do tema	91
3.2. Posição processual do Ministério Público.....	92
3.3. Defesa do ordenamento pelo <i>parquet</i>	92
4. Considerações conclusivas.....	93
5. Referências bibliográficas.....	94
5 • A IMPORTÂNCIA DA “CERTIFICAÇÃO” COLETIVA NA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA.....	95
<i>João Paulo Lordelo</i>	
1. Introdução: os sentidos da <i>class certification</i> no direito norte-americano.....	95
2. Relevância da decisão de <i>class certification</i>	98
3. O momento da decisão.....	102
4. Considerações sobre o mérito da demanda na <i>class certification</i>	102
5. Revogação e modificação da decisão de <i>class certification</i>	105
6. “Certificação” parcial (<i>issue class action</i>)	109
7. Os requisitos de admissibilidade analisados na <i>class certification</i> : a relevância da identificação da questão comum (<i>Commonality</i>)	111
8. Conclusão: premissa fundamental extraída da <i>class certification</i> e sua aplicação no Brasil	117
Referências	120

6 • NOVAS REFLEXÕES SOBRE O INQUÉRITO CIVIL NA PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL..... 121

Geisa de Assis Rodrigues

1.	À guisa de introdução.....	121
2.	Inquérito civil.....	126
2.1.	Considerações gerais.....	126
2.2.	Objeto do inquérito civil.....	127
2.3.	Natureza e características do inquérito civil.....	129
2.4.	Instauração do inquérito civil.....	134
2.5.	Instrução do inquérito civil.....	139
2.6.	Publicidade e sigilo no inquérito civil.....	144
2.7.	Arquivamento do inquérito civil.....	146
3.	Considerações finais.....	148
4.	Referências.....	149

7 • LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO E A IMPORTÂNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO COMO MECANISMO DE (IN)VISIBILIDADE DE PESSOAS LGBTI+ 151

Lucas Costa Almeida Dias

1.	Introdução.....	151
2.	A sopa de letrinhas: LGBTI+.....	152
2.1.	O arco-íris está na Constituição?.....	153
2.2.	Para além dos muros nacionais.....	156
3.	Queremos sair dos armários!.....	159
4.	O “novo” Ministério Público e os desafios estruturais à nossa atuação.....	163
5.	Conclusão.....	165
	Referências bibliográficas.....	166

8 • BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DESTINADAS ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS EM FACE DA PANDEMIA DO COVID-19 169

Luisa Astarita Sangoi

1.	Introdução.....	169
2.	Análise do subsistema de apoio à saúde indígena.....	171
2.1.	Fundamentos legais e principais órgãos do subsistema de apoio à saúde indígena.....	171
2.2.	As estruturas centralizada do subsistema e descentralizada do sistema único de saúde.....	172
3.	Análise dos impactos da pandemia do COVID-19 nas políticas públicas de saúde indígena a partir da ADPF 709.....	176
4.	Considerações finais.....	181
	Referências.....	183

9 • O IDEÁRIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA E O ADVENTO DO PENSAMENTO CEPALINO: DO “REGIONALISMO FECHADO AO ABERTO” E A EXPERIÊNCIA DO MERCOSUL.....	185
<i>Marcus Vinicius Aguiar Macedo</i>	
1. Introdução.....	185
2. A integração econômica latino-americana e o papel da Cepal.....	186
3. O surgimento do Mercosul.....	197
4. Conclusão.....	203
Referências.....	205
10 • A GOVERNANÇA ECONÔMICA GLOBAL E O MEIO AMBIENTE: O SISTEMA GATT, A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO-OMC E O CASO DA IMPORTAÇÃO, PELO ESTADO BRASILEIRO, DE PNEUS REMOLDADOS PROVENIENTES DE PAÍSES DO MERCOSUL.....	207
<i>Marcus Vinicius Aguiar Macedo</i>	
1. Introdução.....	207
2. O processo histórico de criação de um sistema de regulação internacional do comércio: do sistema GATT ao surgimento da Organização Mundial do Comércio-OMC.....	208
3. A Organização Mundial do Comércio-OMC e a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.....	218
4. Questões ambientais de caráter transfronteiriço e o seu tratamento no sistema multilateral de comércio entre as nações: o “Caso da Importação dos Pneus Remoldados” (DS-332), de 2005, envolvendo o Brasil, a partir de reclamação da Comunidade Europeia.....	228
5. Conclusão.....	230
Referências.....	231
11 • CANDIDATURAS AVULSAS (INDEPENDENTES) NO DIREITO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO POLÍTICO-LEGISLATIVA OU JURISDICIONALIZÁVEL?.....	235
<i>Thiago Coelho Sacchetto</i>	
Introdução.....	235
1. É jurisdicionalizável porque o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos e há controvérsia sobre a interpretação dos §§ 2º e 3º do art. 5º da CF/88.....	239
2. É jurisdicionalizável devido à aplicabilidade limitada (não-autoexecutoriedade) da norma que impõe a condição de elegibilidade de filiação partidária (art. 14, §3º, V).....	242
3. É jurisdicionalizável em razão do estrito âmbito de incidência pessoal (flexibilidade dos destinatários) da exigência de filiação partidária (art. 14, §3º, V).....	245
4. É jurisdicionalizável em conformidade com a normatividade do direito ao sufrágio universal (art. 14, caput) e com o princípio da máxima eficácia dos direitos fundamentais (art. 5, § 1º e 2º).....	248
5. É jurisdicionalizável de acordo com o princípio da <i>kompetenz de kompetenz</i> aplicado ao âmbito de atuação da justiça constitucional e de acordo	

com premissas de teorias procedimentais e substanciais da jurisdição constitucional	252
6. É jurisdicionalizável porquanto é atribuição do Supremo Tribunal Federal aferir a ocorrência de alteração informal da lei fundamental (tese da mutação constitucional)	259
Conclusão	263
Referências	264
12 • ASSÉDIO ELEITORAL COMO FENÔMENO MULTIFACETADO: AS NOVAS ROUPAGENS DA COMPRA DE VOTOS E A LIBERDADE DO ELEITORADO	271
<i>Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira</i>	
Resumo	271
Introdução	271
1. A compra de votos como realidade da política brasileira	272
2. Assédio eleitoral como fenômeno multifacetado e a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público	276
3. Conclusão	281
Referências	282
13 • O CUSTO DA PROVA NO PROCESSO COLETIVO E OS PROBLEMAS DA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA 1.560 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	285
<i>Edilson Vitorelli</i>	
1. Introdução	285
2. O contexto do problema	286
3. Fundamentos positivos da imposição do adiantamento de despesas pelo legitimado coletivo	288
4. Análise econômica do custeio da prova em ações coletivas	290
4.1. Responsabilidade no ajuizamento de ações	290
4.2. A previsibilidade do resultado de mérito	295
4.3. Incentivos processuais no Brasil e nos Estados Unidos: o problema do transplante	298
4.4. A prova e a atuação de terceiros: não há almoço grátis	301
4.5. A proeminência da atuação do Ministério Público na tutela coletiva	303
4.6. Um modelo processual coletivo privado?	306
5. Conclusão	310
Referências	311
14 • LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO COLETIVA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA A INDIVÍDUOS IDENTIFICADOS: O TEMA 1.270 DA REPERCUSSÃO GERAL	313
<i>Sérgio Cruz Arenhart • Hermes Zaneti Jr. • Edilson Vitorelli</i>	
1. Problema	313
2. Premissa: a garantia da efetividade da prestação jurisdicional e a imposição constitucional de meios adequados para a tutela dos direitos	314

3. Execução coletiva de sentença em benefício dos indivíduos lesados: interpretação legislativa.....	317
4. Execução coletiva de sentença em benefício dos indivíduos lesados: aspecto empírico.....	318
5. Os Casos “Expurgos Inflacionários” e “Cyrella”	320
6. O Caso “Lig-Mix”	322
7. Administração da Justiça e processo coletivo	324
8. Atuação do Ministério Público na execução coletiva em benefício dos indivíduos.....	330
9. Garantias processuais para a conversão da tutela condenatória em tutela mandamental	331
10. Conclusões	333
Referências.....	334

PARTE II • DIREITO PENAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1 • O REGIME ATUAL DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL E DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS	339
<i>Andrey Borges de Mendonça</i>	
1. Introdução.....	339
2. Evolução do tema. Os modelos de arquivamento em nossa sistemática	340
2.1. Art. 28 originário e algumas alterações posteriores	340
2.2. Novo modelo de arquivamento introduzido pela Lei 13.964	344
2.3. A decisão do STF na ADIN 6298. O modelo criado pelo STF.....	347
2.4. Tabela comparando os modelos	357
3. A busca pela sistematização.....	359
4. Conclusões	365
Bibliografia	366
2 • O REGIME JURÍDICO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS DIGITAIS.....	367
<i>João Paulo Lordelo</i>	
1. Introdução.....	367
2. Conceitos fundamentais	368
2.1. Endereço de protocolo de internet (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS ...	369
2.2. Provedores de conexão à internet.....	370
2.3. Provedores de aplicações de internet.....	371
3. O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014)	372
4. Metodologia básica para a produção da prova digital.....	375
5. Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias.....	377
6. Cadeia de custódia da prova, perícia e <i>hashing</i>	377
7. Conclusão	382
Referências.....	383

3 • OS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL QUE INCIDEM NA EXECUÇÃO PENAL 385

Douglas Fischer • Vladimir Aras

1.	Introdução.....	385
2.	Cooperação Internacional em Execução Penal	387
	2.1. O princípio da reciprocidade.....	387
	2.2. O princípio da dupla tipicidade	388
	2.3. O princípio do reconhecimento mútuo.....	389
3.	Medidas de cooperação internacional relacionadas à execução penal	392
	3.1. Extradicação	392
	3.2. Entrega.....	394
	3.3. Transferência de pessoas condenadas.....	396
	3.4. Transferência de execução penal.....	400
	3.5. Quadro comparativo das diferenças entre os institutos	405
	3.6. Transferência da execução penal como alternativa à extradicação	406
4.	Conclusão	413

4 • A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO 415

Renan Paes Felix

1.	Introdução.....	415
2.	A origem do problema.....	417
3.	A responsabilização internacional do Brasil e os compromissos assumidos.....	419
4.	A resposta institucional do Ministério Público Federal	422
5.	Conclusão	426
	Referências.....	427

5 • INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO PENAL..... 429

Galtênio da Cruz Paulino

	Introdução.....	429
1.	Conteúdo do princípio	431
2.	Interpretação constitucional e a compatibilização com os demais direitos fundamentais.....	433
	Considerações Finais	448
	Referências.....	448

6 • NOVOS CONTORNOS DO ELEMENTO SUBJETIVO DO ATO DE IMPROBIDADE 451

Felipe Gardini

1.	Introdução.....	451
2.	Atipicidade por extirpação da culpa e da irretroatividade – Tema 1.199/:(i) irretroatividade e (in)tangibilidade da coisa julgada - Temas nº 1.199 e nº 309 do STF	452

3.	Dolo genérico x dolo específico x dolo de beneficiamento	462
4.	Da causa excludente do “ilícito de hermenêutica”	470
5.	Considerações finais	473
6.	Referências	474

7 • OS SUJEITOS PROCESSUAIS E A REVOLUÇÃO CONSENSUAL: ONDAS RUMO AO CONSENSO DESPENALIZADOR NÃO ESTIGMATIZANTE NO BRASIL... 477
Priscila Pinheiro de Carvalho

1.	Revolução consensual.....	478
1.1.	Justiça Penal Acordada - um movimento geral: diferentes formas, para diferentes realidades	478
1.2.	O microssistema consensual brasileiro e a política criminal subjacente..	481
2.	Primeira onda consensual brasileira: transação penal e suspensão condicional do processo. Seus fundamentos e os atores processuais	484
2.1.	Constituição Federal de 1988: um aceno à consensualidade, eficiência, despenalização e não estigmatização. A transação penal e a suspensão condicional do processo na Lei 9.099/95	484
2.2.	Um novo centro gravitacional na solução do conflito: o ajuste dos papéis dos atores processuais nos institutos consensuais	485
3.	A importância dos atores na ocupação dos espaços de consenso no processo penal e o futuro da terceira onda consensual brasileira	488
3.1.	O movimento paulatino de decantação do novo paradigma consensual ..	488
3.2.	O Acordo de Não Persecução Penal – rumo à estação consensual	492
	Bibliografia	494

8 • A EXTENSÃO DA DECISÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.055.941/SP E O (EQUÍVOCO) DO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

497
Ricardo Perin Nardi

1.	Introdução.....	497
2.	Do compartilhamento de dados pela Autoridade Fazendária com o Ministério Público e a Polícia Judiciária.....	498
3.	Da extensão material desse compartilhamento.....	503
4.	Da forma desse compartilhamento.....	508
5.	Conclusão	512

9 • A PROIBIDADE ADMINISTRATIVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL..... 515
Thales Fernando Lima

1.	Introdução.....	515
2.	Direitos fundamentais: algumas premissas teóricas.....	517
3.	A fundamentalidade do direito à proibidade administrativa	520
3.1.	Bases dogmáticas.....	520
3.2.	Consequências jurídicas.....	524
4.	Considerações finais	526
	Referências	526

10 • IDENTIFICAÇÃO POR PERFIL GENÉTICO PARA FINS CRIMINAIS: REFLEXÕES SOBRE AS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI N. 13.964/2019 ...	529
<i>Thales Messias Pires Cardoso</i>	
1. Introdução.....	529
2. Da disciplina da identificação por perfil genético para fins criminais no Brasil.....	531
3. Das alterações trazidas pela Lei n. 13.964/2019 (“Pacote Anticrime”).....	533
3.1. Dos crimes cujos condenados devem se submeter à identificação do perfil genético	535
3.2. Período de armazenamento dos dados genéticos em banco de dados	536
3.3. Finalidade do uso da amostra coletada. Fenotipagem genética. Busca Familiar	537
3.4. Descarte da amostra coletada de pessoas condenadas.....	539
4. Conclusão	540
Referências.....	541
11 • O ERRO PENALMENTE RELEVANTE EM SEDE DE DIREITO PENAL ECONÔMICO E EMPRESARIAL	543
<i>José Maria Panoeiro</i>	
1. Introdução.....	543
2. Crimes econômicos, elementos normativos do tipo e técnica de remissão	545
3. Erro de tipo e erro de proibição como formas de erro penalmente relevante	550
4. Normas penais em branco e o erro penalmente relevante em Direito Penal Econômico e Empresarial.....	557
5. Conclusão	562
12 • CRIMES COM CRIPTOATIVOS E A ATRIBUIÇÃO FEDERAL.....	565
<i>Alexandre Senra</i>	
Introdução.....	566
I. A entrada em vigor da Lei 14.478/2022 e do Decreto 11.563/2023	566
II. O que mudou?.....	567
1. O crime do art. 171-A do Código Penal.....	567
2. A equiparação a instituições financeiras promovida pelo art. 1º, I-A, da Lei 7.429/86	569
3. A ampliação das hipóteses de incidência da causa de aumento de pena prevista na Lei de “Lavagem” (Lei 9.613/98, art. 1º, §4º).....	569
4. A definição do BCB (Banco Central do Brasil) como ente regulador das PSAVs (prestadoras de serviços de ativos virtuais)	570
5. A sujeição das prestadoras de serviços de ativos virtuais aos mecanismos de controle da Lei de Lavagem	572
III. Como ficou a atribuição criminal do MPF na matéria?	574
1. Crimes contra a economia popular, inclusive pirâmides financeiras (Lei 1.521/51, art. 2º, IX): atribuição estadual.....	574

2. Crimes praticados exclusivamente contra o patrimônio de particular, ainda que por meio da rede mundial de computadores: atribuição estadual	574
3. Crime previsto no art. 171-A do Código Penal envolvendo ativos virtuais: atribuição estadual	575
4. Imputação de crime federal na denúncia: atribuição federal	576
5. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional previstos na Lei 7.492/86: atribuição federal	577
5.1. Criptoativos e evasão de divisas (Lei 7.492/86)	577
5.2. Cometimento dos crimes previstos na Lei 7.492/86 por intermédio de pessoa jurídica que ofereça serviços referentes a operações com ativos virtuais ou por pessoa natural que o faça, ainda que eventualmente: atribuição federal	579
6. Crimes envolvendo a emissão, oferta ou negociação de criptoativos que sejam ou venham a ser considerados valores mobiliários: atribuição federal	581
6.1. Quando um criptoativo será considerado valor mobiliário?	582
6.2. E quando, então, estaremos diante da oferta pública de um CIC (contrato de investimento coletivo)?	583
6.3. Criptoativos puramente como pretexto e a relevância ou irrelevância disso para a caracterização da oferta ou negociação de um CIC	585
6.4. Criptoativos, saldos representativos, ativos virtuais e valores mobiliários	586
7. Criptolavagem, em regra: atribuição federal	587
7.1. Qual não deve ser o critério para se concluir se a criptolavagem é ou não transnacional?	589
7.2. O domicílio como critério proposto para a aferição da transnacionalidade da criptolavagem	589
Conclusão	590
Referências bibliográficas	591

13 • A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS: UMA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL 593

Anamara Osório Silva

1. A cooperação jurídica internacional	593
2. As vias da cooperação jurídica internacional: a cooperação diplomática, por autoridades centrais e a cooperação interinstitucional	595
3. A cooperação direta ou interinstitucional	598
4. A cooperação direta entre os Ministérios Públicos	600
5. Conclusões	603
6. Referências bibliográficas	604